



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PROVIMENTO Nº 15, DE 15 DE JULHO DE 2013.

[\(Revogado pelo Provimento nº 14, de 27 de maio de 2014\)](#)

Altera a redação do inciso II, do artigo 1º do Provimento nº 27, de 09 de novembro de 2012, bem como acrescenta os incisos III e IV e os §§ 1º, 2º e 3º a este mesmo dispositivo, disciplinando o número mínimo de júris a serem realizadas, mensalmente, pelos Juízes Criminais do Estado de Alagoas, com competência para o Tribunal do Júri.—

O DESEMBARGADOR ALCIDES GUSMÃO DA SILVA, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,—

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do direito à segurança, bem como o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, em que se determina que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo e, ainda, as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88;—

CONSIDERANDO que o art. 88 da Lei Estadual nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005 (Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas), dita que os Tribunais do Júri reunir-se-ão mensalmente, de forma ordinária e que a teor das disposições contidas no art. 93, XII, da CF/88, estas reuniões devem ocorrer, inclusive, no mês de janeiro;—

CONSIDERANDO à necessidade de otimização e a uniformização das ações que vêm sendo empreendidas pelas unidades jurisdicionais, objetivando o cumprimento das Metas 3 e 4 estabelecidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública — ENASP, que têm por objetivo, respectivamente, promover a fase da pronúncia de todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008 e a conclusão do julgamento das ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007; e—

CONSIDERANDO o que restou deliberado em reunião realizada no dia 05 de julho de 2013, na sede da Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas, no tocante ao disciplinamento da realização de sessões do Tribunal do Júri,—

RESOLVE:—

Art. 1º Alterar a redação do inciso II, do artigo 1º, do Provimento nº 27, de 09 de novembro de 2012, bem como, acrescentar os incisos III, IV e os §§ 1º, 2º e 3º a este mesmo dispositivo, que passarão a vigor com a seguinte redação:—

I—Os juízes da Capital que se enquadrem na competência mencionada no *caput* deverão realizar, no mínimo, 5 (cinco) júris mensais;—

II—As unidades jurisdicionais do interior do Estado, com competência para o Tribunal do Júri,



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

~~realizarão, no mínimo, 3 (três) júris por mês; e~~

~~III—As varas de único ofício, deverão realizar, no mínimo, 2 (dois) júris mensais; e~~

~~IV—As unidades jurisdicionais do interior do Estado, competente para tal, que não possuam juiz titular, realizarão, no mínimo, 1 (um) júri por mês.~~

~~§ 1º Os juízos deverão cumprir o número mínimo de júris, de acordo com o especificado nos incisos do *caput* deste artigo, independentemente da existência de processos concernentes à META 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública — ENASP, não obstante a necessidade de priorizar estes, se houver, quando da elaboração de pauta para julgamento do Tribunal do Júri.~~

~~§ 2º Os magistrados deverão informar à Corregedoria Geral da Justiça, até o quinto dia útil de cada mês, os motivos que ensejaram o não cumprimento do número mínimo de júris em relação ao mês anterior.~~

~~§ 3º Em conjunto com as informações prestadas nos termos do parágrafo antecedente e no mesmo prazo, caberá, ainda, aos magistrados comunicar a quantidade de processos de competência do Tribunal do Júri, em tramitação na unidade, consignando a fase atual em que esses se encontram, bem como em qual das situações previstas nos incisos do *caput* deste artigo, se enquadra o juízo pelo qual responde.~~

~~Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

~~Maceió, 15 de julho de 2013.~~

Desembargador **ALCIDES GUSMÃO DA SILVA**
Corregedor Geral da Justiça